

CSILatina

Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre Findo em
30 de Junho de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A., relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

A CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A., atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de bens de tecnologia, nas modalidades financeira, operacional e internacional definidas pela Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974.

Patrimônio Líquido e Resultado

O patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 89,4 milhões em 30 de junho de 2022 (R\$ 74,5 milhões em 31 de dezembro de 2021). O lucro líquido apresentado no acumulado do semestre foi de R\$ 14,6 milhões (R\$ 12,4 milhões em junho de 2021).

Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2022, os ativos totais atingiram R\$ 688,6 milhões (R\$ 595,3 milhões em 31 de dezembro de 2021). Desse montante, R\$ 12,2 milhões (R\$ 9,7 milhões em 31 de dezembro de 2021) são representados por disponibilidades, R\$ 70,6 milhões (R\$ 69,6 milhões em 31 de dezembro de 2021) por derivativos e R\$ 541,1 milhões (R\$ 417,4 milhões em 31 de dezembro de 2021) pela carteira de arrendamento, incluindo o imobilizado de arrendamento.

Os passivos somavam R\$ 599,2 milhões (R\$ 520,8 milhões em 31 de dezembro de 2021) e são representados por empréstimos no montante de R\$ 437,1 milhões (R\$ 377,1 milhões em 31 de dezembro de 2021), instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$ 70,5 milhões (R\$ 60,4 milhões em 31 de dezembro de 2021) e outras obrigações no montante de R\$ 91,6 milhões (R\$ 83,3 milhões em 31 de dezembro de 2021).

Outras Informações

A CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A., não contratou e nem teve serviços prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. não relacionados à auditoria externa, que pudessem caracterizar a perda de independência do auditor.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Barueri - SP, 26 de agosto de 2022.

A Diretoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
CSILatina Arrendamento Mercantil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CSILatina Arrendamento Mercantil S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CSILatina Arrendamento Mercantil S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de agosto de 2022



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Dario Ramos da Cunha
Contador
CRC nº 1 SP 214144/O-1

CSILATINA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.
 BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	30/06/2022	31/12/2021	PASSIVO	Nota Explicativa	30/06/2022	31/12/2021
DISPONIBILIDADES	5	12.241	9.640	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	13	437.108	377.127
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	6	70.634	69.611	Empréstimos no País		382.724	308.512
Instrumentos Financeiros Derivativos		70.634	69.611	Empréstimos no Exterior		54.384	68.615
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	7	288.576	193.297	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	6	70.525	60.372
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Operacional		219.057	191.129	Instrumentos Financeiros Derivativos		70.525	60.372
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Operacional		(216.120)	(190.182)				
Operações de Arrendamento Mercantil - Financeiro		285.639	192.350	OUTRAS OBRIGAÇÕES		91.550	83.313
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(4.436)	(2.116)	Estatutárias	16	-	243
(-) Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito - Financeiro	8	(2.469)	(1.010)	Fiscais e Previdenciárias	16	12.346	3.729
(-) Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito - Operacional		(1.967)	(1.106)	Diversas	14	62.708	63.792
OUTROS CRÉDITOS		64.417	97.003	Provisões para Riscos	15	29	29
Rendas a Receber	9	4.003	3.491	Obrigações Fiscais Diferidas	16	16.467	15.520
Diversos	9	55.568	89.696				
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	9	4.846	3.816	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	89.405	74.519
OUTROS VALORES E BENS	10	3.950	3.091	Capital Social - De Domiciliados no Exterior	19.a	37.381	31.539
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Próprios		323	536	Reservas de Lucros	19.b	52.024	42.980
Despesas Antecipadas		3.627	2.555				
IMOBILIZADO DE USO	12	440	489				
Outras Imobilizações de Uso		2.621	2.719				
(-) Depreciação Acumulada		(2.181)	(2.230)				
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO	11	252.548	224.072				
Bens Arrendados		529.157	467.971				
(-) Depreciação Acumulada		(276.609)	(243.899)				
INTANGÍVEL	12	218	244				
Ativos Intangíveis		873	856				
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis		(655)	(612)				
TOTAL DO ATIVO		688.588	595.331	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		688.588	595.331

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CSILATINA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021
 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota Explicativa	30/06/2022	30/06/2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		140.462	118.979
Operações de Arrendamento Mercantil	7	148.760	120.945
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6	(8.301)	(2.102)
Resultado com Títulos de Renda Fixa	6	3	136
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(120.158)	(90.560)
Operações de Empréstimos	13	(17.103)	(10.449)
Operações de Arrendamento Mercantil	7	(100.735)	(80.038)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(2.320)	(73)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>20.304</u>	<u>28.419</u>
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(3.026)	(11.022)
Despesas de Pessoal		(12.328)	(9.852)
Outras Despesas Administrativas	22	(2.524)	(2.301)
Despesas Tributárias		(4.981)	(3.843)
Outras Receitas Operacionais	23	18.042	5.877
Outras Despesas Operacionais	24	(1.235)	(903)
RESULTADO OPERACIONAL		<u>17.278</u>	<u>17.397</u>
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	25	5.666	3.966
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES SOBRE O LUCRO		<u>22.944</u>	<u>21.363</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	17	(8.384)	(2.186)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	17	83	(6.764)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		<u>14.643</u>	<u>12.413</u>
Lucro básico e diluído por Ação (Em R\$ 1,00)		<u>1,00</u>	<u>0,85</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CSI LATINA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

	30/06/2022	30/06/2021
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	14.643	12.413
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE	14.643	12.413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CSILATINA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021
 (Em milhares de reais - R\$)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota Explicativa	30/06/2022	30/06/2021
Lucro Líquido do Semestre		14.643	12.413
Ajustes ao lucro líquido		45.090	38.550
Depreciações e Amortizações		55.563	49.640
Insuficiência (Superveniência) de Depreciação		(7.968)	(7.963)
Imposto de Renda e CSLL Diferidos		5.229	6.764
Variação Cambial/MTM de Derivativos		7.629	2.005
Variação Cambial de Empréstimos		(4.181)	(1.952)
Imposto de Renda e CSLL Corrente		1.715	495
Variação Cambial de Disponibilidades		216	337
Provisão para Obrigações Diversas		(351)	3.956
Apropriação de Resultado de Exercícios Futuros		(7.540)	(7.048)
Provisão não operacional		568	121
Resultado na Venda de Bens de Arrendamento Mercantil		(7.730)	(5.633)
Provisão de Juros - Conta Garantida		132	137
Receitas com VPC Stub a Receber		(512)	(2.382)
(Reversão)/Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8	2.320	73
Lucro Líquido do Exercício/Semestre Ajustado		59.733	50.963
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(8.826)	(2.935)
Variação de Ativos e Passivos		28.144	(7.702)
(Aumento)/Redução em Instrumentos Financeiros Derivativos		1.501	5.059
(Aumento)/Redução em Operação de Arrendamento Mercantil		(87.311)	(4.635)
(Aumento)/Redução de Outros Créditos		27.869	(18.168)
(Aumento)/Redução de Outros Valores e Bens		(1.427)	(740)
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos		64.030	116
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações - Remuneração de Capital a Pagar		(243)	(192)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias		15.971	4.305
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações - Obrigações Fiscais Diferidas		947	7.175
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações - Diversas		6.807	(622)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais		79.051	40.326
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Alienação (Aquisição) de Imobilizado de Arrendamento		(76.148)	(39.032)
Aquisição de Móveis e Equipamentos - Operacional		(85.461)	(45.907)
Alienação de Móveis e Equipamentos - Operacional		9.313	6.875
Alienação (Aquisição) de Imobilizado de Uso		(70)	(133)
Móveis e Equipamentos de Uso		(70)	(133)
Aplicação do Intangível		(16)	(62)
Sistema de Processamento de Dados		(16)	(62)
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento		(76.234)	(39.227)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos		-	(11.200)
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento		-	(11.200)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2.817	(10.101)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE		9.640	34.669
VARIAÇÃO CAMBIAL EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(216)	(337)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE		12.457	24.568

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CSI LATINA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Reservas de Lucros				Total
		Capital Social Realizado	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Lucros Acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		27.014	3.890	43.181	-	74.085
Aumento de Capital	19.a	4.525	-	(4.525)	-	-
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	12.413	12.413
Destinação de lucros:	19.b					
Constituição de reservas de lucros		-	620	11.793	(12.413)	-
Distribuição de Dividendos	19.c	-	-	(11.200)	-	(11.200)
Reversão de Distribuição de Dividendos	19.c	-	-	192	-	192
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021		31.539	4.510	39.441	-	75.490
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		31.539	5.169	37.811	-	74.519
Aumento de Capital	19.a	5.842	-	(5.842)	-	-
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	14.643	14.643
Destinação de lucros:						
Constituição de reserva de lucros	19.b	-	732	13.911	(14.643)	-
Distribuição de Dividendos	19.c	-	-	-	-	-
Reversão de Distribuição de Dividendos	19.c	-	-	243	-	243
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022		37.381	5.901	46.123	-	89.405

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A. (“Companhia”) foi constituída em 10 de junho de 2003, com sede à Alameda Rio Negro, 585 – 7º andar – Bloco A – Alphaville - Barueri, controlada diretamente pela CSI Latina Financial Inc., sediada no Estados Unidos da América, e tem como controlador final a Tokio Century Corporation, sediada no Japão, tem por objeto social principal a prática das operações de arrendamento mercantil de bens de tecnologia, nas modalidades financeira, operacional e internacional definidas pela Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974. É uma sociedade por ações de capital fechado de acordo com a Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, sendo equiparada às instituições financeiras e estando, portanto, sujeita às normas e aos controles do Banco Central do Brasil – BACEN enquadradas no segmento S4.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução CMN nº 4.720/19 e a Resolução BCB nº 2/20 e apresentado em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A fim de adequar-se às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu pronunciamentos contábeis, e suas respectivas interpretações. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN estão relacionados abaixo e foram considerados na preparação das informações contábeis inseridas nessas demonstrações financeiras:

- Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 00 (R1) – Pronunciamento conceitual básico
- Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos
- Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras
- Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 03 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa
- Resolução CMN nº 4.534/16 - CPC 04 (R1) - Ativo Intangível
- Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas
- Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações
- Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
- Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 24 – Eventos subsequentes
- Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
- Resolução CMN nº 4.535/16 - CPC 27 - Ativo Imobilizado
- Resolução CMN nº 4.877/20 – CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados
- Resolução BCB nº 2/20 – CPC 41 – Resultado por ação
- Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 46 – Mensuração do Valor Justo

Na presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo CMN.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 26 de Agosto de 2022.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis são as seguintes:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas às operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

b) Disponibilidades

Disponibilidades são representadas por depósitos em moedas nacional e estrangeira de acordo com a Resolução CMN nº 4.720/19, que incluem: saldos em bancos, caixa e aplicações financeiras com possibilidade de resgate imediato e que não estão sujeitos a risco de mercado significativo.

c) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a “*hedge*” são avaliados ao valor justo, tendo a valorização ou desvalorização reconhecida em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado.

d) Operações de arrendamento mercantil e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

- i. Operações de arrendamento mercantil financeiro - estão registradas pelo valor presente dos montantes totais a receber, atualizadas pela taxa equivalente aos encargos financeiros previstos em contrato ou, se não houver previsão contratual, a taxa que equaliza o valor do bem arrendado, na data da contratação, ao valor presente de todos os recebimentos e pagamentos previstos ao longo do prazo contratual.
- ii. Operações de arrendamento mercantil operacional - estão registradas pelo valor de aquisição dos bens, líquido das depreciações acrescido do valor das contraprestações em atraso na data do balanço.
- iii. Operações de arrendamento mercantil financeiro e operacional são compostas por operações de arrendamento de equipamentos de informática, comunicação e outros para pessoas jurídicas.

- iv. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - foi constituída nos termos das Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente. O critério de arrasto da classificação de risco de um mesmo cliente ou grupo econômico é efetuado para a carteira de arrendamento, exceto para as operações que apresentem vinculação de crédito com outra instituição financeira, nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02, conforme previsto no artigo 3º da Resolução CMN nº 2.682/99. Para essas operações é considerada a posição de atraso na data base. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, períodos de atraso e grupo econômico observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). O resultado das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 (sessenta) dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.
- v. Operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 (cento e oitenta) dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, conforme as regras da Resolução CMN nº 2.682/99, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de arrendamento que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam registradas em contas de compensação são classificadas como nível H, os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.
- vi. Carteira de arrendamento mercantil - é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme descrito a seguir:
- 1) Arrendamentos a receber
Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.
 - 2) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil
Representam a contrapartida do valor das contraprestações a receber e são atualizadas na forma dos arrendamentos a receber, sendo apropriadas ao resultado quando dos vencimentos das parcelas contratuais.
 - 3) Imobilizado de arrendamento
É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com os benefícios de redução de 30% na vida útil normal do bem para as operações de arrendamento realizadas com pessoas jurídicas, previstos na legislação vigente.
 - 4) Perdas em arrendamentos
Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados quando efetuadas aos próprios arrendatários são diferidos e amortizados pelo prazo de vida útil remanescente dos bens e demonstrados juntamente com o imobilizado de arrendamento.

Os prejuízos apurados na venda de bens a terceiros (não arrendatários) são reconhecidos no resultado não operacional na rubrica Outros Receitas e Despesas.

e) Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Próprios

São registrados quando há o retorno do equipamento por ocasião do fim do contrato de arrendamento sem que o arrendatário tenha exercido a opção de compra prevista no contrato. São registrados pelo valor de aquisição deduzido das depreciações acumuladas. Anualmente é realizado inventário físico e apurado o seu valor de mercado.

f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (“*impairment*”)

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por “*impairment*” são reconhecidas no resultado.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por “*impairment*”.

g) Obrigações por empréstimos

São demonstradas pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço reconhecidos em base “pro rata” dia.

h) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos a índices de atualização, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no pronunciamento técnico CPC 25.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, seja com a indenização da ação ou com comissão aos assessores jurídicos, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos - são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 120 no semestre. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 20% para o período de julho à dezembro de 2021, retornando para 15% a partir de janeiro de 2022, conforme Lei 14.183.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o resultado tributável do período às taxas dos impostos em vigor na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e sobre as diferenças temporárias entre os saldos contábeis de ativos, passivos e resultados e os correspondentes valores reconhecidos para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pela alíquota de 40%, com base na alíquota para o imposto de renda de 25% e 15% para a contribuição social.

k) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução CMN nº 4.636/18, que determinou a adoção do pronunciamento técnico CPC 05 (R1).

l) Mensuração a valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base das demonstrações financeiras. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão eventualmente vir a ser diferentes dos estimados.

m) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis; (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e dos passivos contingentes; e (v) ajuste de superveniência de depreciação e valor justo de revenda dos bens objeto de arrendamento mercantil estimado na contratação do Arrendamento Mercantil. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

n) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Companhia apura e divulga os resultados recorrentes e não recorrentes, se houver.

o) Outros resultados abrangentes

A Companhia divulga a ocorrência de outros resultados abrangentes, quando houver.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A gestão de riscos da Companhia está configurada em conformidade com a complexidade de suas operações e de forma a atender às disposições da regulamentação em vigor. A Diretoria Executiva é responsável por determinar os parâmetros de risco que julga compatível com o modelo de negócio da Companhia.

A exposição a tais riscos é sistematicamente monitorada por equipes especializadas e independentes das unidades de negócio. Os resultados de tais aferições são submetidos à apreciação da Diretoria Executiva, que desempenha suas atribuições relacionadas à formulação e adoção de diretrizes, estratégias, políticas e medidas voltadas à identificação, avaliação, monitoramento e mitigação de riscos em conformidade com as leis, normas e regulamentos aplicáveis à Companhia.

A tomada de decisão na Companhia sempre leva em conta os possíveis impactos de tais decisões no tocante aos riscos controlados.

- Risco de Crédito: decorre do risco da contraparte de não honrar compromisso contratado, da degradação de garantias e da concentração de cliente ou setor. A decisão de crédito baseia-se nas evidências sobre a capacidade de pagamento dos arrendatários e demais contrapartes avaliadas com base em metodologia própria. O comitê de crédito da casa matriz participa de todas as escolhas feitas pela Companhia, garantindo independência e isenção.
- Risco de Mercado: é a exposição criada por potenciais flutuações nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços cotados em mercado e outros valores, e em função do tipo de produto, do volume de operações, prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente. Colaboradores especialistas, capacitados à identificação e controle dos riscos de mercado a que se expõe a Companhia incluindo risco cambial, são os responsáveis por manter a Diretoria Executiva informada para que medidas de proteção adicional possam ser tomadas quando necessário. São observados tanto os aspectos recomendados pelo órgão regulador como as próprias políticas internas da Companhia que limitam a exposição ao mínimo necessário para a condução dos seus negócios.
- Risco de Liquidez: este tipo de risco assume duas formas: (i) o risco de liquidez de mercado e (ii) risco de liquidez de fluxo de caixa (*funding*). O primeiro é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre ativos e passivos. O gerenciamento dos descasamentos de prazo entre a liquidação de direitos e obrigações é parte das atividades diárias de grupo de colaboradores com dedicação exclusiva ao assunto. Relatórios frequentes mantêm a Diretoria Executiva informada sobre tais descasamentos, bem como sugere medidas de contingência para os cenários de estresse.
- Risco Operacional: é definido como o risco de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. Os princípios básicos observados pela Companhia na gestão e controle do risco operacional estão em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17. A Companhia possui ferramenta e metodologia de monitoramento dos riscos operacionais e com base em um modelo de Matriz de Riscos é possível à Diretoria Executiva identificar e corrigir falhas priorizando os aspectos de maior relevância econômica e regulatória.

O quadro abaixo apresenta os saldos de Risco de Crédito, Risco Operacional, Risco de Mercado, Exposição a Risco Cambial e Exposição a Taxas de Juros nos fins dos exercícios já ponderados para cálculo do Índice de Basiléia:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Risco de Crédito (RWACPAD)	14.290	15.310
Risco Operacional (RWAOPAD)	8.015	7.347
Risco de Mercado (RWAJUR1+ RWAJUR2)	7.805	3.409
Risco Cambial (RWACAM)	1.596	26
Total	<u>31.706</u>	<u>26.092</u>

O Gerenciamento de Capital visa estabelecer as diretrizes que permitam a gestão eficaz do capital da Companhia, e a sua manutenção em nível compatível com a natureza das suas operações, com a complexidade dos seus produtos e com a dimensão de sua exposição a riscos.

O processo de Gerenciamento de Capital é realizado de forma a viabilizar os objetivos estratégicos da Companhia, garantindo uma postura prospectiva que antecipe eventual necessidade de capital decorrente de mudanças no cenário de negócios.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

De acordo com a política da Companhia os equivalentes de caixa são mantidos com a única finalidade de atender a compromissos de curto prazo, e não para outros fins. Dessa forma, a Companhia mantém suas disponibilidades de caixa e investimentos exclusivamente depositadas em conta corrente com bancos de primeira linha. A posição de caixa e equivalentes de caixa é:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Disponibilidades	12.241	6.639
CDB	-	3.001
	<u>12.241</u>	<u>9.640</u>

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são destinados a “*hedge*” de exposição à taxa de juros e/ou variação cambial e são avaliados ao valor justo. A seguir, demonstramos a relação dos derivativos, por indexador, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Composição dos instrumentos financeiros derivativos:

<u>Quadro A - Nocional</u>	<u>Fator de risco</u>	<u>Moeda</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
NDF – US\$ x CDI (a)	Dólar e Juros	R\$	69.509	65.817
SWAP – US\$ x CDI (a)	Dólar e Juros	R\$	3.434	6.225
Total			<u>72.943</u>	<u>72.042</u>

Quadro B – Saldos

	<u>30/06/2022</u>		<u>31/12/2021</u>		<u>30/06/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	<u>Posição Ativa</u>		<u>Posição Ativa</u>		<u>Posição Passiva</u>		<u>Posição Passiva</u>	
	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>
NDF (a)	37.344	32.534	34.129	33.461	37.690	32.835	30.484	29.888
SWAP (a)	577	179	1.305	716	-	-	-	-
Total	<u>37.921</u>	<u>32.713</u>	<u>35.434</u>	<u>34.177</u>	<u>37.690</u>	<u>32.835</u>	<u>30.484</u>	<u>29.888</u>

- (a) As operações de NDF e *SWAP*, representadas por contratos do tipo US\$ x CDI, são contratadas com a finalidade de “*hedge*” das operações de empréstimos e são avaliadas ao valor justo, sendo a valorização ou desvalorização reconhecida em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado. A Companhia não aplica a contabilidade de hedge.

As posições de curto prazo são aquelas com vencimento em até 1 ano e as de longo prazo apresentam data de vencimento superiores a 1 ano e com vencimentos até 5 anos.

Quadro C - Resultado	30/06/2022	30/06/2021
TVM	3	136
NDF (a)	(7.652)	(1.857)
SWAP	(649)	(245)
Total	(8.298)	(1.966)

- (a) Refere-se principalmente aos resultados auferidos com 29 contratos (30 em dezembro de 2021) com o objetivo de minimizar perdas cambiais decorrentes dos contratos de captação e empréstimos fixados em dólar (US\$).

7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os contratos de arrendamento mercantil financeiros são representados pelos seus respectivos valores presentes, apurados com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Os contratos de arrendamento mercantil operacionais são representados pelo valor de aquisição dos bens líquidos das depreciações e valor das contraprestações em atraso. A composição desses valores é apresentada a seguir:

	Arrendamento mercantil financeiro		Arrendamento mercantil operacional	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Operações de arrendamento mercantil no ativo - curto prazo	105.433	71.969	115.514	107.642
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - curto prazo	(104.082)	(71.722)	(112.577)	(106.696)
Operações de arrendamento mercantil no ativo - longo prazo	191.742	126.138	103.543	83.487
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - longo prazo	(191.742)	(126.138)	(103.543)	(83.487)
Valor residual garantido a realizar	36.119	31.132	-	-
Valor residual garantido a balancear	(36.119)	(31.132)	-	-
Bens arrendados - ativo permanente (i)	438.375	326.160	497.535	438.878
Depreciações acumuladas (i)	(183.595)	(161.651)	(264.246)	(229.757)
Superveniência de depreciação (ii)	27.717	29.485	-	-
Perdas de arrendamento a diferir no ativo	52	638	-	-
Amortização acumulada de perdas a diferir	(28)	(421)	-	-
Valor total da carteira	<u>283.872</u>	<u>194.458</u>	<u>236.226</u>	<u>210.067</u>
Credores por antecipação de valores residuais	(18.913)	(14.231)	-	-
Valor presente do arrendamento financeiro/Contratos arrendamento operacional registrado no balanço	<u>264.959</u>	<u>180.227</u>	<u>236.226</u>	<u>210.067</u>

- (i) Não inclui o montante de R\$ 46.842 (R\$ 44.661 em 31 de dezembro de 2021), referente ao custo e R\$ 19.595 (R\$ 20.542 em 31 de dezembro de 2021) de depreciação acumulada de imobilizado de arrendamento de operações cedidas, cuja propriedade dos bens continua com a CSILATINA.
- (ii) Não inclui o valor de R\$ 12.692 (R\$ 2.956 em 31 de dezembro de 2021), contabilizado como ajuste de superveniência de depreciação que corresponde ao valor de revenda dos bens objeto de arrendamento mercantil estimado na contratação do “*leasing*”.

a) Segregação do valor presente da carteira por tipo de atividade econômica

<u>Atividade econômica</u>	<u>Arrendamento Financeiro</u>		<u>Arrendamento Operacional</u>	
	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Setor Privado – Indústria	57.374	52.105	101.926	82.975
Setor Privado – Comércio	33.087	31.718	2.975	5.029
Setor Privado - Intermediários Financeiros	2.698	4.340	5.999	1.185
Setor Privado – Rural	27	33	8.534	9.044
Setor Privado – Serviços	171.773	92.031	116.792	111.834
Total	264.959	180.227	236.226	210.067

b) Distribuição da carteira por faixa de vencimento

<u>Faixa de Vencimento</u>	<u>Arrendamento Financeiro</u>		<u>Arrendamento Operacional</u>	
	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Vencidos	1.248	159	1.319	336
A vencer até 90 dias	29.382	21.251	35.013	31.422
A vencer de 91 a 360 dias	77.143	53.855	70.503	67.143
A vencer acima de 360 dias	157.186	104.962	129.391	111.166
Total	264.959	180.227	236.226	210.067

c) Resultado de operações de arrendamento mercantil

<u>Receitas de operações de arrendamento mercantil</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Rendas de arrendamento financeiro	64.787	50.864
Rendas de arrendamento operacional	81.865	67.944
Lucro na alienação de bens arrendados	2.108	2.137
Total	148.760	120.945

<u>Despesas de operações de arrendamento mercantil</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
(-) Despesa de arrendamento financeiro	(45.094)	(30.221)
(-) Despesa de arrendamento operacional	(55.402)	(49.480)
(-) Prejuízo da alienação de bens arrendados	(239)	(337)
Total	(100.735)	(80.038)

8. PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

Em 30 de junho de 2022, o saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é de R\$ 4.436 (R\$ 2.116 em dezembro de 2021), sendo R\$ 2.469 (R\$ 1.010 em dezembro de 2021) para Arrendamento Financeiro e R\$ 1.967 (R\$ 1.106 em dezembro de 2021) para Arrendamento Operacional.

O risco de crédito com a carteira de arrendamento mercantil a valor presente e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa são calculados conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99, estão apresentados a seguir:

<u>Arrendamento financeiro</u>		<u>30/06/2022</u>				<u>31/12/2021</u>			
<u>Níveis de risco</u>	<u>Provisão mínima requerida</u>	<u>Vencido</u>	<u>A vencer</u>	<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>	<u>Vencido</u>	<u>A vencer</u>	<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>
AA	0%	-	20.464	20.464	-	-	16.223	16.223	-
A	0,50%	-	177.302	177.302	887	-	129.685	129.685	648
B	1%	132	59.293	59.425	594	141	33.281	33.422	335
C	3%	13	734	747	22	17	880	897	27
D	10%	664	5.917	6.581	658	-	-	-	-
E	30%	1	1	2	1	-	-	-	-
G	70%	438	-	438	307	-	-	-	-
		1.248	263.711	264.959	2.469	158	180.069	180.227	1.010

Arrendamento Operacional

Níveis de risco	Provisão mínima requerida	30/06/2022				31/12/2021			
		Vencido	A vencer	Saldo	Provisão	Vencido	A vencer	Saldo	Provisão
AA	0%	-	73.629	73.629	-	-	72.525	72.525	-
A	0,50%	-	96.422	96.422	482	-	95.071	95.071	475
B	1%	183	52.926	53.109	531	205	31.961	32.166	322
C	3%	287	5.612	5.899	177	131	10.174	10.305	309
D	10%	849	6.218	7.067	707	-	-	-	-
G	70%	-	100	100	70	-	-	-	-
		1.319	234.907	236.226	1.967	336	209.731	210.067	1.106

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	<u>Arrendamento Financeiro</u>	<u>Arrendamento Operacional</u>
Saldos em 30/06/2021	(889)	(717)
Reversões/(Constituições)	(121)	(389)
Saldos em 31/12/2021	(1.010)	(1.106)
Reversões/(Constituições)	(1.459)	(861)
Saldos em 30/06/2022	(2.469)	(1.967)

Em nenhum dos períodos existem contratos renegociados.

9. OUTROS CRÉDITOS

<u>Rendas a receber</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Curto Prazo	3.951	3.439
Rendas a receber (a)	3.951	3.439
Longo Prazo	52	52
Rendas a receber (a)	52	52
Total	4.003	3.491

- (a) Saldo refere-se ao valor proporcional a receber dos clientes pelo uso antecipado dos bens objeto dos contratos de arrendamento mercantil em processo de formalização. O recebimento destas parcelas está assegurado pelo Termo de Recebimento e Aceitação, assinado entre as partes.

<u>Diversos</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Curto Prazo	59.194	92.987
Adiantamentos	354	84
Devedores diversos (a)	46.798	89.581
Impostos e contribuições (b)	8.385	1
Crédito tributário sobre adições temporárias (d)	3.657	3.321
Longo Prazo	1.220	525
Crédito tributário sobre adições temporárias (d)	1.189	495
Devedores por Depósito em Garantia	31	30
Total	60.414	93.512

- (a) Devedores Diversos referem-se substancialmente a valores a receber originados pelo encerramento de contratos junto aos clientes que exerceram a opção de compra dos bens e por valores faturados pelos fornecedores de bens que serão objeto de arrendamento ainda não atribuídos aos contratos.
- (b) Impostos e contribuições referem-se aos recolhimentos antecipados de IRPJ e CSLL nos períodos.
- (c) O prejuízo fiscal e a base negativa de CSLL são originados pela Superveniência de Depreciação, conforme nota explicativa nº 17a.
- (d) O crédito tributário sobre adições temporárias foi constituído sobre Variação Cambial, Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito da Carteira de "Leasing" e Marcação a Mercado de Derivativos, tendo sua movimentação detalhada na nota explicativa nº 17a.

10. OUTROS VALORES E BENS

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Curto Prazo	2.439	2.437
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Próprios (a)	898	542
Provisão Desvalorização de Outros Valores e Bens (b)	(579)	(11)
Prêmio de Seguros Antecipados	4	39
Comissão de Estruturação de Captação	1.622	1.441
Comissão de Originação	430	369
Outros	64	57
Longo Prazo	1.511	654
Comissão de estruturação de captação	957	217
Comissão de Originação	554	437
Total	3.950	3.091

- (a) A rubrica “Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Próprios” refere-se basicamente a valores registrados como máquinas e equipamentos retornados ao final das operações de “leasing”. Os bens recebidos foram registrados pelo seu custo de aquisição líquido de depreciação. Anualmente é realizado inventário físico e apuração do valor de mercado dos bens devolvidos pelos arrendatários que serão vendidos em mercado secundário.
- (b) A legislação em vigor, em cumprimento ao estabelecido no CPC 01 (R1), prevê a realização de Teste de “Impairment” (ou Teste de Recuperabilidade de Ativos), no mínimo, a cada exercício social. A essência do teste de recuperabilidade é evitar que um ativo esteja registrado por um valor maior que seu valor recuperável. A Companhia realizou teste detalhando a metodologia, premissas utilizadas e o resultado da avaliação dos ativos em relatório específico. Foram submetidos ao teste de recuperabilidade 100% do estoque de equipamentos retornados das operações de “leasing”, contabilizados como Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Próprios que possuíam saldo contábil residual. Foi registrada provisão para redução ao valor recuperável de ativos “Impairment” no valor de R\$ 579 (R\$ 11 em 31 de dezembro de 2021), valor que representa, na estimativa da Administração, a diferença entre expectativa de valor a receber pela venda dos equipamentos e valor contábil dos bens.

11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

<u>Imobilizado de arrendamento</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Bens arrendados (a)	529.157	467.971
Máquinas e equipamentos	455.923	405.459
Veículos e Afins	53.157	47.078
Outros arrendamentos	20.077	15.434
(-) Depreciação acumulada(a)	(276.609)	(243.899)
Máquinas e equipamentos	(245.480)	(220.814)
Veículos e Afins	(22.676)	(15.894)
Outros arrendamentos	(8.453)	(7.191)
Total	252.548	224.072

- (a) Inclui o montante de R\$ 31.622 (R\$ 29.093 em 31 de dezembro de 2021), referente ao custo e R\$ 12.363 (R\$ 14.142 em 31 de dezembro de 2021) de depreciação acumulada de imobilizado de arrendamento de operações cedidas, cuja propriedade dos bens continua com a CSILATINA.

Taxa média de depreciação

Máquinas e Equipamentos	0,83% a 1,19% ao mês
Veículos e Afins	1,66% a 2,38% ao mês
Outros Arrendamentos	1,66% a 2,38% ao mês

Para bens arrendados com vida útil média estimada em 84 e 42 meses, são consideradas as taxas de depreciação 1,19% e 2,38% ao mês, respectivamente, e para bens arrendados com vida útil média estimada em 120 e 60 meses, são consideradas as taxas de depreciação de 0,83% e 1,66% ao mês, respectivamente.

12. BENS DE USO PRÓPRIO E ATIVO INTANGÍVEL

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imobilizado de Uso	440	489
Intangível (a)	218	244
Total	658	733

- (a) O saldo refere-se, substancialmente, ao custo de implantação de sistema integrado ERP que entrou em produção durante o exercício de 2014 e está sendo amortizado pelo prazo de 10 anos.

13. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

<u>Tipo</u>	<u>Moeda</u>	<u>30/06/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
		<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>
Empréstimos no País - Resolução CMN nº 2.921/02 (a)	R\$	152.218	178.475	120.480	124.713
Capital de Giro no País (b)	R\$	52.030	-	63.319	-
Empréstimos no Exterior - Resolução CMN nº 2.921/02 (a)	US\$	29.151	25.234	36.568	32.047
Total		233.399	203.709	220.367	156.760

- (a) A Companhia possui a maior parte de suas obrigações por empréstimos no país e exterior na modalidade “sem retenção substancial de risco” que foram estruturadas através da vinculação de recebíveis de operações de arrendamento mercantil, contratadas segundo determina a Resolução CMN nº 2.921/02 a preços de mercado para a modalidade, que inclui R\$ 22.259 (R\$ 33.137 em 31 de dezembro de 2021) com partes relacionadas (vide nota 21).
- (b) O capital de giro necessário para atender a necessidades momentâneas de caixa é contratado a taxas de mercado através da modalidade Conta Garantida e Capital de Giro de curto prazo com grandes instituições no Brasil e no exterior.

<u>Resultado de obrigações de empréstimos e repasses</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Operações de Empréstimos e Repasses	(21.721)	(12.444)
Outras Rendas Operacionais (Variação Cambial Ativa)	13.478	11.116
Outras Despesas Operacionais (Variação Cambial Passiva)	(8.860)	(9.121)
Total	(17.103)	(10.449)

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES – DIVERSAS

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Total curto prazo	50.354	46.218
Valores a Devolver a Clientes	228	-
Despesas de pessoal (a)	4.399	4.106
Outras despesas administrativas	236	330
Outros pagamentos (b)	25.737	28.900
Credores diversos - País (c)	5.569	5.016
Resultado de exercícios futuros (d)	14.185	7.866
Total longo prazo	12.354	17.574
Despesas de pessoal (a)	1.224	988
Resultado de exercícios futuros (d)	11.130	16.586
Total	62.708	63.792

- (a) Inclui provisões de R\$ 450 (R\$ 850 em 31 de dezembro de 2021) para pagamento de comissão de vendas, R\$ 1200 para pagamento de PLR (R\$ 800 em 31 de dezembro de 2021) e R\$ 2.418 (R\$ 2.540 em 31 de dezembro de 2021) a serem pagos para administração a título de remuneração.
- (b) Outros pagamentos referem-se substancialmente aos valores devidos aos fornecedores de bens e serviços relacionados com a aquisição de bens relativos às operações de arrendamento mercantil no valor de R\$ 24.996 (R\$ 27.750 em 31 de dezembro de 2021).
- (c) Credores diversos referem-se substancialmente a recebimentos antecipados de parcelas de arrendamento mercantil e créditos não identificados.

- (d) É composto por: Cessão de recebíveis de arrendamento mercantil, no valor de R\$ 18.927 (R\$ 17.228 em 2021); recebimentos antecipados de contraprestações, no valor de R\$ 1.114 (R\$ 3.403 em 2021); descontos obtidos na aquisição de bens de arrendamento diferidos, no valor de R\$ 5.043 (R\$ 3.727 em 2021) e valor proporcional de contraprestação antecipado R\$ 231 (R\$ 94 em 2021).

15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

Os principais processos em aberto em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são relacionados a ações trabalhistas e de acordo com a avaliação dos advogados, são assim sumarizados:

	Quantidade de ações		Valor estimado pelos advogados /Valor das Causas		Provisão contábil	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Provável (i)	1	1	29	29	29	29
Possível (ii)	-	-	-	-	-	-
Total geral	1	1	29	29	29	29

- (i) As ações classificadas como perda provável no montante de R\$ 29 (R\$ 29 em 31 de dezembro de 2021) referem-se a processos trabalhistas com depósito judicial realizado.
- (ii) As ações classificadas como perdas possíveis no valor total de R\$ 0 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021) referem-se a ações trabalhistas movidas por ex-empregados ou prestadores de serviços buscando pretensos direitos trabalhistas. O montante corresponde a valores de processos em fase inicial, ou valores que, segundo a análise individual dos casos pelos consultores jurídicos externos, possivelmente não constituirão perda em função do estágio atual dos processos e/ou o posicionamento dos tribunais em relação às matérias discutidas.

A CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A. não possuía contingências tributárias ou cíveis com probabilidade de perda “possível” ou “provável” em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

	Provisões para Riscos Trabalhistas
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	29
Constituição (Reversão)	-
Saldos em 30 de Junho de 2022	29

Em agosto de 2021, a Prefeitura de Barueri procedeu a cobrança à Companhia da diferença do ISSQN relativa às parcelas do valor do bem, no caso do leasing, e dos tributos federais, não incluída na base de cálculo retroativa ao período de 2016 e 2017. Tal ação foi baseada na Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF 189), que declarou a inconstitucionalidade da legislação de Barueri sobre a redução da base de cálculo do ISS e teve a decisão plenária do STF em 31/08/2020. Nossos assessores jurídicos fizeram uma avaliação e a Companhia tomará as medidas cabíveis, caso seja necessário.

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES ESTATUTÁRIAS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a. Estatutárias

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Total do Curto Prazo	-	243
Dividendos mínimos obrigatórios	-	243
Total	-	243

b. Fiscais e Previdenciárias

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Total do Curto Prazo	11.862	3.013
IRPJ Refis (a)	131	106
IRPJ a pagar corrente	6.511	1.093
CSLL a pagar corrente	3.588	850
CSLL Refis (a)	174	141
Impostos s/ salários a recolher	254	211
PIS Refis (a)	12	9
PIS a pagar corrente	44	28
COFINS Refis (a)	65	52
COFINS a pagar corrente	268	172
Outros impostos a recolher	64	117
Impostos s/ serviços a recolher	751	229
IRRF a recolher	-	5
Total do Longo Prazo	484	716
IRPJ Refis (a)	166	245
CSLL Refis (a)	220	326
PIS Refis (a)	16	23
COFINS Refis (a)	82	122
Total	12.346	3.729

(a) Referem-se a impostos relativos ao REFIS, detalhados na nota 18.

c. Obrigações Fiscais Diferidas

Obrigações Fiscais Diferidas	30/06/2022	31/12/2021
Total do Longo Prazo	16.467	15.520
Passivo fiscal diferido sobre Ajustes Temporários (a)	303	921
Passivo fiscal diferido sobre Superveniência (a)	16.164	14.599
Total	16.467	15.520

(a) A provisão para IRPJ Diferido foi calculada aplicando-se a alíquota de 25% ao saldo de Superveniência de Depreciação em cada período e a provisão de CSLL à alíquota de 20% em 2021 e 15% em 2022, bem como IRPJ e CSLL sobre o valor dos Ajustes Temporários da Marcação a Mercado, Variação Cambial e estimativa de valor residual (opção de venda) totalizando o valor de R\$ 16.467 (R\$ 15.520 em dezembro de 2021), detalhado na nota 17a.

Projeção de Realização das Obrigações Fiscais Diferidas	2022	2023	2024	2025	2026	2027	TOTAL
IR/CSLL Diferidos sobre Diferenças Temporárias	99	116	54	28	6	-	303
Provisão para IR/CSLL sobre Superveniência	1.896	3.210	6.045	2.879	1.508	626	16.164
Total de Obrigações Fiscais Diferidas	1.995	3.326	6.099	2.907	1.514	626	16.467

17. IMPOSTO DE RENDA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO LÍQUIDO (CSLL)

Conciliação do Imposto de renda e Contribuição Social	30/06/2022	30/06/2021
Lucro antes do Imposto de renda e Contribuição Social	22.944	21.363
Alíquota Vigente	40%	40%
Expectativa de despesa (crédito) de Imposto IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(9.178)	(8.545)
Efeito do IRPJ e da CSLL s/ as diferenças permanentes (adição)	(938)	(721)
Efeito do IRPJ e da CSLL s/ as diferenças permanentes (exclusão) baixa de obrigação fiscal diferida	-	-
Diferença de alíquota na constituição do crédito de CSLL sobre diferenças temporárias (reversão majoração)	1.300	-
Outros	515	316
Despesa (crédito) de IRPJ e CSLL	(8.301)	(8.950)

- a) No período entre 30 de junho de 2022 e de 2021, os créditos tributários e obrigações fiscais diferidas apresentaram a seguinte movimentação:

Imposto de Renda e Contribuição Social – Ativo	30/06/2021	Constituição	Reversão /Realização	31/12/2021	Constituição	Reversão /Realização	30/06/2022
Crédito Tributário - Diferenças Temporárias	2.576	1.240	-	3.816	1.030	-	4.846
Crédito Tributário - Base Negativa da CSLL	1.684	-	(1.684)	-	-	-	-
Crédito Tributário - Prejuízo Fiscal	2.599	-	(2.599)	-	-	-	-
Total	6.859	1.240	(4.283)	3.816	1.030	-	4.846

Imposto de Renda e Contribuição Social

- Passivo

IR/CSLL Diferidos sobre diferenças temporárias (a)	(11.738)	-	10.817	(921)	-	618	(303)
Provisão para IR/CSLL sobre superveniência	(12.111)	(2.488)	-	(14.599)	(1.565)	-	(16.164)
Total	(23.849)	(2.488)	10.817	(15.520)	(1.565)	618	(16.467)
Impostos diferidos líquidos	(16.990)	(1.248)	6.534	(11.704)	(535)	618	(11.621)

- (a) Em 2021, a administração reavaliou os controles de apuração de variação cambial sobre operações de hedge no exterior. Nesse trabalho apuramos e recolhemos durante o 2º semestre de 2021 um valor de R\$ 7.009, acrescidos de encargos no montante de R\$ 1.749.

- b) **Projeção de realização dos impostos diferidos**

	2022	2023	2024	2025	2026	TOTAL
Créditos Tributários de Imposto de Renda:						
Diferenças Temporárias	2.286	428	199	115	1	3.029
Total do IR Diferido Ativo	2.286	428	199	115	1	3.029
Créditos Tributários de Contribuição Social:						
Diferenças Temporárias	1.371	257	119	69	1	1.817
Total da CSLL Diferida Ativa	1.371	257	119	69	1	1.817
Total	3.657	685	318	184	2	4.846

Em 30 de junho de 2022, o valor presente do total de créditos tributários é de R\$ 4.303 e foi calculado com base na expectativa de realização das diferenças temporárias, descontadas pela taxa média de captação da Companhia, projetada para os períodos correspondentes.

Os ajustes na determinação do lucro real dos valores de superveniência de depreciação de bens sobre operações de arrendamento mercantil devem ter tratamento diferenciado de forma a não produzirem efeitos no momento das verificações para constituição e manutenção do registro contábil do crédito tributário.

A probabilidade de realização do crédito tributário, portanto, deve desconsiderar o prejuízo gerado pela superveniência de depreciação, conforme parágrafo 1º do artigo 5º da Resolução CMN nº 4.842/20. Ao dispensar a verificação do prazo de realização do crédito tributário originado de prejuízos fiscais ocasionados pela receita de superveniência, entende-se que tal ajuste possui condição especial somente aplicável à operação de arrendamento mercantil. Sendo assim, a projeção de realização dos créditos tributários acima exclui os resultados oriundos de Superveniência de Depreciação, contemplando somente outras receitas e despesas.

18. ADESÃO AO PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS FISCAIS FEDERAL

Em 2009, a CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A., aderiu ao Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais, instituído pela Lei nº 11.941/09. O programa Federal incluiu débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional vencidos até 30 de novembro de 2008. As principais teses inseridas no programa foram PIS/COFINS sobre recebimento de Juros ao Capital Próprio e CPMF em operações de clientes. A opção pelo parcelamento dos débitos fiscais e previdenciários foi efetivada em novembro de 2009, com o valor total de R\$ 2.857, dividido em 180 parcelas de R\$ 15, atualizadas mensalmente pela taxa de juros Selic. O presente acordo encontra-se em dia e até o término do 1º semestre de 2022 foram pagas 152 parcelas, restando um saldo remanescente de R\$ 866 (R\$ 1.025 em 31 de dezembro de 2021), conforme quadro abaixo:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IRPJ	297	351
CSLL	394	467
PIS	28	33
COFINS	147	174
Total REFIS	866	1.025

<u>Tributo</u>	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldo Devedor</u>
IRPJ	990	634	(1.327)	297
CSLL	1.277	837	(1.720)	394
PIS	94	59	(125)	28
COFINS	503	316	(672)	147
Total	2.864	1.846	(3.844)	866

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é representado por 14.648.278 ações ordinárias escriturais sem valor nominal, apresentando a seguinte composição:

Acionista	Sede	<u>30/06/2022</u>			<u>31/12/2021</u>		
		Participação %	Qtde de Ações	Valor da participação	Participação %	Qtde de Ações	Valor da participação
CSI Financial Inc.	EUA	100,00%	14.648.277	37.381	100,00%	14.648.277	31.539
Executive Personal Computer Inc.	EUA	0,00%	1	0,003	0,00%	1	0,002
Total		100%	14.648.278	37.381	100%	14.648.278	31.539

Em 28 de junho de 2022, o BACEN aprovou o aumento de capital deliberado pelos acionistas em assembleia realizada em 29 de abril de 2022, mediante capitalização de reserva para o fortalecimento de patrimônio líquido, no valor de R\$ 5.842, passando o capital para R\$ 37.811.

b) Reservas de Lucros

i. Reserva Legal

A reserva legal é calculada sobre o lucro líquido ao final do período no percentual de 5% conforme estatuto social, limitado à 20% do Capital Social.

ii. Reservas Estatutárias

Em 30 de junho de 2022 a Companhia possuía o montante de R\$ 46.123 (R\$ 37.811 em 31 de dezembro de 2021) em reserva para fortalecimento do patrimônio.

c) Dividendos

Aos acionistas são assegurados 1% de dividendos mínimos obrigatórios ao final de cada exercício social, calculado sobre o lucro líquido ajustado, de acordo com a legislação societária.

Em assembléia realizada em 30 de abril de 2022, as acionistas decidiram pela não distribuição dos dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em função disso foi efetuada a reversão dos valores propostos pela administração.

Em assembléia realizada em 07 de dezembro de 2021, as acionistas decidiram pela distribuição dos dividendos intermediários, no valor de R\$ 13.896.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações da Companhia com partes relacionadas são saldos de valores a pagar a sua Matriz, empréstimos contratados de coligada nos Estados Unidos da América e valores a receber de reembolso de despesas de coligada no Brasil, os saldos estão a seguir enumerados:

Tipo	Moeda	30/06/2022		31/12/2021	
		Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Valores a Pagar - CSI Latina Financial Inc.	US\$	93	-	147	-
Valores a Receber – CSI Remarketing	R\$	273	-	872	-
Empréstimo TCC (a)	US\$	11.623	10.636	16.770	16.367

- (a) Empréstimos denominados em moeda estrangeira captado junto à Tokyo Century Corporation, acionista da CSI Latina Financial Inc., controladora da Companhia. Tais operações geraram despesas no montante de R\$ 597 em 30 de junho de 2022 (R\$ 1.027 em junho de 2021).

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2022 a remuneração dos administradores totalizou R\$ 3.488 (R\$ 2.859 em junho de 2021), esses valores estão registrados na rubrica de Pró-Labore. Há ainda saldo de provisão de remuneração variável dos administradores de exercícios anteriores no valor de R\$ 2.418 (R\$ 2.540 em dezembro de 2021), (nota 14) a ser pago integralmente até fevereiro de 2025.

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

21. LIMITES OPERACIONAIS (ACORDO DE BASILEIA)

O BACEN emitiu a partir de 1º de março de 2013, cuja vigência se deu a partir de 1º de outubro de 2013, um conjunto de normativos que regulamentam as recomendações do Comitê de Basileia relativas à estrutura de capital das instituições financeiras. Conhecidas como Basileia III, as novas regras buscam aprimorar a capacidade destas instituições em absorver os impactos de eventuais crises, fortalecendo a estabilidade financeira e aumentando a quantidade e a qualidade do capital regulamentar.

Estes normativos tratam dos seguintes assuntos:

- Nova metodologia de apuração do capital regulamentar (Patrimônio de Referência - PR), que continuará a ser dividido nos níveis I e II (Resolução CMN nº 4.955/21).
- Nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal (Resolução CMN nº 4.958/21).

As regras de Basileia III buscam melhorar a qualidade do capital das instituições financeiras, restringindo a utilização de instrumentos financeiros que não apresentam capacidade de absorver perdas e pela dedução de ativos que podem comprometer o valor do capital devido à sua baixa liquidez, dependência de lucro futuro para realização ou dificuldade de mensuração do seu valor. Dentre estes instrumentos, destacam-se os créditos tributários, os ativos intangíveis e os investimentos em empresas não controladas, especialmente aquelas que atuam no ramo segurador.

As novas regras para a apuração dos requisitos mínimos de capital estabelecem porcentagens do montante dos ativos ponderados pelo risco e constituem requerimentos de capital a serem observados pelas instituições financeiras, conforme apresentado a seguir:

Capital principal (mínimo + adicional) (a)	7,0 a 9,5%
Nível I (mínimo + adicional) (b)	8,5 a 11,0%
PR (mínimo + adicional) (c)	10,5 a 13,0%

- (a) Capital Principal - composto por ações, quotas, reservas e lucros retidos;
- (b) Nível I - composto pelo Capital Principal e outros instrumentos capazes de absorver perdas com a instituição em funcionamento; e
- (c) PR (patrimônio de referência) - composto pelo Nível I e por outros instrumentos subordinados capazes de absorver perdas quando do encerramento da instituição.

Também foi criado o Adicional de Capital Principal, que representa o capital suplementar de conservação (fixo) e contracíclico (variável) que, ao final do período de transição, deverá ser de no mínimo 2,5% e no máximo 5% do montante dos ativos ponderados pelo risco, sendo que este percentual será estabelecido pelo BACEN conforme as condições macroeconômicas da época.

As novas regras de Basileia III passaram a vigorar a partir de 1º de outubro de 2013 e seguem cronograma elaborado internacionalmente até sua efetiva implantação em 1º de janeiro de 2022.

Devido ao cenário causado pela Pandemia COVID19, em 16 de março de 2020, através da Resolução CMN nº 4.783, o BACEN tornou público que o Conselho Monetário Nacional alterou o percentual a ser aplicado ao montante RWA, para fins de apuração do valor da parcela ACP_{Conservação}, na forma do § 4º do art. 8º da Resolução nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, esse percentual será equivalente a:

- I - 1,25%, no período de 1º de abril de 2020 a 31 de março de 2021;
- II - 1,625%, no período de 1º de abril de 2021 a 30 de setembro de 2021;
- III - 2,00%, no período de 1º de outubro de 2021 a 31 de março de 2022; e
- IV - 2,50% (dois inteiros e cinco décimos por cento), a partir de 1º de abril de 2022.

No quadro a seguir, estão demonstradas a apuração das exigibilidades de patrimônio de referência e o índice de Basileia:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Patrimônio de referência para comparação com os ativos ponderados pelo risco (RWAs)	89.186	74.276
Patrimônio de referência Nível I	89.186	74.276
Patrimônio líquido	89.405	74.519
Ajustes prudenciais (Resolução 4.192/13)	(219)	(243)
Patrimônio de referência Nível II	-	-
Ativos ponderados pelo Risco		
RWA _{CPAD}	14.290	15.310
RWA _{CAM}	1.596	26
RWA _{JUR1} + RWA _{JUR2}	7.805	3.409
RWA _{OPAD}	8.015	7.347
Patrimônio de referência mínimo exigido (RWA x 8,0%)	31.706	26.092
Adicional de Conservação de Capital Principal (2,5% sobre o RWA) (a)	9.908	6.523
Patrimônio de referência mínimo exigido total	41.614	32.615
Índice de Basileia	22,50%	22,77%
Saldo Utilizados para cálculo do RWA	396.326	326.150
Exposição ao risco de crédito – RWA _{CPAD}	178.627	191.369
Ativos de câmbio – RWA _{CAM}	19.950	328
Ativos indexados a juros pré – RWA _{JUR1}	84.788	37.209
Ativos indexados a cupom cambial – RWA _{JUR2}	12.773	5.405
Exposição ao risco operacional - RWA _{OPAD}	100.188	91.839

(a) Em 31 de dezembro de 2021 o percentual para cálculo do Adicional de Conservação de Capital Principal era de 2%.

Em 30 de junho de 2022, o Patrimônio de Referência da Companhia excedeu em R\$ 47.572 (R\$ 41.661 em 31 de dezembro de 2021) o Patrimônio de Referência Mínimo Exigido pelo BACEN.

22. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

<u>Despesas Administrativas</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Despesas de Comunicação	(61)	(55)
Despesas de aluguéis	(124)	(121)
Despesas de processamento de dados	(221)	(442)
Despesas de promoções e relações públicas	(196)	(16)
Despesas de publicações	(16)	(32)
Despesas de serviços de terceiros	(445)	(382)
Despesas de serviço técnico especializado	(402)	(344)
Despesas de transporte	(81)	(58)
Despesas de viagem ao exterior	(199)	-
Despesas de viagem ao País	(33)	(8)
Despesas com Amortização do Intangível	(42)	(41)
Depreciação de bens de uso próprio	(120)	(122)
Despesas de Armazenamento	(44)	(29)
Encargos de Pagamento em Atraso	(280)	(362)
Despesas Bancárias	(52)	(92)
Outras despesas Administrativas	(208)	(197)
Total	(2.524)	(2.301)

23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Valor proporcional de contraprestação (a)	16.798	3.698
Descontos Obtidos	784	1.798
Encargos	206	328
Outras	254	53
Total	<u>18.042</u>	<u>5.877</u>

(a) Saldo refere-se ao valor recebido de bens que já estão em uso pelos clientes, relativos aos contratos de arrendamento mercantil em processo de formalização. O recebimento destas parcelas é assegurado pelo Termo de Recebimento e Aceitação, assinado entre as partes.

24. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Descontos Concedidos	(504)	(413)
Comissões	(733)	(475)
Outras	2	(15)
Total	<u>(1.235)</u>	<u>(903)</u>

25. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Receitas de Danos e Reparos	372	256
Lucro decorrente da venda de bens a terceiros (a)	6.165	4.905
Prejuízo decorrente da venda de bens a terceiros (a)	(304)	(1.072)
Desvalorização de Outros Valores e Bens (b)	(568)	(121)
Outras Receitas não Operacionais	1	1
Outras Despesas não Operacionais	-	(3)
Total	<u>5.666</u>	<u>3.966</u>

(a) Refere-se ao resultado na venda de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Próprios quando estes retornam da operação de arrendamento mercantil e são alienados a terceiros.

(b) Valor referente a constituição de provisão para redução ao valor recuperável de ativos "Impairment". (nota 10 – Outros Valores e Bens).

26. RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES

Conforme divulgação requerida pela Resolução BACEN nº 2 de 2021, no 2º semestre de 2021 a Companhia apresentou resultado de R\$ 3.139 referente a reversão de débitos tributários de IRPJ e CSLL, que não está relacionado com sua atividade e não previsto para ocorrer nos exercícios futuros.